

CONHECENDO E ANALISANDO A EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ÁREA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Caroline Ottobelli ¹

Patrícia Zadinello ²

RESUMO: A Educação Permanente (EP) em saúde vem como uma prática de desenvolvimento pessoal e profissional voltada aos trabalhadores. Nesse sentido, o desenvolvimento do presente artigo teve por objetivo: conhecer e analisar a Educação Permanente na área da saúde do trabalhador, a partir de análise bibliográfica. Através deste estudo foi possível promover um levantamento de dados com relação à EP em saúde junto à literatura do país. Contudo, a partir da leitura das produções, foi possível agrupar os dados coletados em dois grupos, quais sejam: Principais resultados – avaliação da importância das atividades de Educação Permanente nos serviços de saúde e principais resultados – a EP na Saúde do Trabalhador: possibilidades desafios. Para tanto, podemos compreender que a Educação Permanente em saúde, permeando o saber individual e grupal, visa à aquisição de novos conhecimentos, conceitos e atitudes, que irão possibilitar uma maior adesão do profissional ao ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Educação Permanente. Educação Permanente em saúde. Saúde do Trabalhador.

¹ Enfª. Especialista em Saúde do Trabalhador, professora do curso de Graduação em Enfermagem da URI – Campus de Frederico Westphalen. Email: caroline@fw.uri.br

² Enfª. Especialista em Saúde do Trabalhador (URI). Email: patyzzadinello@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O setor da Saúde é responsável pela maior política brasileira de inclusão social. O Sistema Único de Saúde (SUS), criado para atender a todos os cidadãos, é a mais importante reforma de Estado em curso no País. O fortalecimento do SUS, que é de interesse de todos nós, depende diretamente de pessoas dos diversos segmentos sociais, pessoas que têm a tarefa ética e política de dar continuidade ao processo iniciado pelo Movimento Sanitário.

No entanto, as propostas do Movimento em prol a Reforma Sanitária, apresentadas na VIII Conferência Nacional de Saúde, caracterizam-se por serem o eixo norteador da Reforma Sanitária Brasileira, na qual recomendava a participação da população na organização, gestão e controle dos serviços de saúde. Além de ser considerado, também, o marco introdutório do SUS na Constituição Federal.

Foi neste período que a Saúde do Trabalhador começa a ganhar corpo no âmbito do setor saúde, diante das primeiras ações visadas a este setor, como é o caso da I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Foi a partir desta Conferência que a Carta Constituinte passa a estabelecer parâmetros legais para a constituição do campo saúde do trabalhador no SUS, através dos Programas de Saúde do Trabalhador, instituídos no âmbito municipal.

Sabe-se então, que é na esfera da gestão municipal, que os desafios são mais presentes, pois é onde se concretizam as políticas públicas de saúde (TOMASI et al., 2003, p. 02). E aí está lançado o desafio para os trabalhadores de saúde, não só no âmbito da Saúde do Trabalhador, mas como um todo, de estar articulando as propostas do SUS e implementar ações com vistas à saúde da população, bem como, daqueles trabalhadores que promovem a saúde.

Nesse sentido, há anos vem sendo discutida no Brasil a necessidade de se desenvolver práticas assistenciais voltadas à concretização de uma política de saúde que venha ao encontro dos princípios e diretrizes do SUS. No entanto, estudos demonstram

que a efetivação do SUS nos serviços de saúde está diretamente ligada à atuação dos profissionais que compõem esse sistema.

Segundo Buss (2004) foi a partir do movimento sanitário, que as discussões por melhorias nos serviços de saúde, a partir da implementação de novas políticas públicas tornaram-se pertinentes. Assim, entendendo a necessidade de contribuir com a reorganização de tais serviços e práticas assistenciais, surgem na década de 70 e 80, as propostas de Educação Continuada.

Estas propostas vinham ao encontro de melhorias na formação e qualificação em saúde, assegurando eficiência e equidade às práticas aplicadas. Todavia, Silva (2007, p. 2), nos coloca que a educação continuada “consiste em um processo individual de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos, visando melhorar a capacitação técnica e cultural de cada profissional.”

Para tanto, tais práticas visavam somente suprir necessidades particulares/individuais dos trabalhadores, não englobando o coletivo, muito menos as reais condições dos serviços nos quais estes, estavam inseridos. Neste propósito, em setembro de 2003, o Ministério da Saúde por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, apresentou e aprovou, junto ao Conselho Nacional de Saúde, a “Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a Educação Permanente em Saúde”. Esta tem com objetivo atender aos requisitos citados na NOB/RH-SUS, que dispõe que a qualidade da atenção à saúde está relacionada com a formação de pessoal específico, que disponha do domínio tanto de tecnologias para a atenção individual de saúde, quanto para a saúde coletiva.

Nesse sentido, a Educação Permanente em Saúde vem como prática de desenvolvimento pessoal e profissional voltada aos trabalhadores, a qual busca proporcionar o aperfeiçoamento das habilidades, bem como, a construção do conhecimento. A mesma pode ser compreendida também, como prática provedora do ensino-aprendizagem entre trabalhadores, gestores e população, contribuindo para a melhoria da qualidade no serviço, na assistência, bem como, na equidade ao cuidado e acesso aos serviços de saúde.

Assim, devemos levar em consideração que as práticas de Educação Permanente na Saúde do Trabalhador, partem do desafio central de capacitar/treinar trabalhadores para a qualificação geral e específica necessária ao trabalho, contemplando sucessivamente os conhecimentos e experiências que as pessoas já possuem, bem como, a realidade que os cerca. Contudo, a Educação Permanente passa a ser definida como um processo contínuo, organizado e sistemático, direcionado de forma descentralizada e institucional, contribuindo não somente com a melhoria dos serviços de saúde, mas criando possibilidades de ensino-aprendizagem no contexto profissional (RIBEIRO, MOTTA, 1999).

Nesta percepção, é relevante expor que esta forma de desenvolver o aperfeiçoamento das habilidades e a construção do conhecimento, favorecendo o ensino-aprendizagem do contexto profissional, deve ser debatida no âmbito dos serviços de saúde, tendo em vista que os trabalhadores desta área podem ser considerados atores principais na busca incessante de melhorias nos serviços de saúde. Pois vivemos em um mundo de profundas e rápidas mudanças e dessa forma, somente estando em contínua atualização e aperfeiçoamento para entrarmos e mantermo-nos no mercado de trabalho, cumprindo com nossas responsabilidades e fazendo o diferencial.

Todavia, justifica-se o ensejo em pesquisar sobre a Educação Permanente na Saúde do Trabalhador, visto todo o estudo já realizado frente às práticas de Educação Permanente em Saúde no período da Graduação, bem como, através do conhecimento, a partir de Lourenço e Bertani (2007), que a área da Saúde do Trabalhador destaca-se por necessitar de participação política de trabalhadores e demais atores sociais, em concomitante atualização, para assim programar/ implementar ações/práticas de acordo com as reais necessidades dos serviços, bem como, dos próprios trabalhadores, o que leva a inquietação da necessidade/importância da Educação Permanente em Saúde em tal área.

Partindo destas considerações, é relevante expor a formulação do problema de pesquisa estudado:

- Qual a necessidade/importância da Educação Permanente na área da Saúde do Trabalhador?

Assim, neste propósito, temos o seguinte objetivo:

- Conhecer e Analisar a Educação Permanente na área da Saúde do Trabalhador, a partir de análise bibliográfica;

1 METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma pesquisa de caráter bibliográfica, onde utilizou-se como descritores: saúde do trabalhador e educação em saúde. Para tanto, foram utilizadas produções nacionais que englobaram os anos de 2005 a 2010.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se por ser desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Assim, após a compilação dos materiais bibliográficos, foi realizada a análise dos mesmos, através do método de análise dos dados, que compreende: Pré - Análise, Exploração de Material e Tratamento dos Resultados.

Todavia, por meio da pesquisa bibliográfica acerca da importância da Educação Permanente na Saúde do Trabalhador foi plausível identificar que por meio da prática da Educação Permanente em saúde é possível contemplar sucessivamente os conhecimentos e experiências que as pessoas já possuem, contribuindo de forma satisfatória para com as atividades profissionais dos trabalhadores em saúde.

2 RESULTADOS

Mediante a leitura analítica das produções, foi possível elencar os dados coletados em dois grupos, quais sejam: Principais resultados – avaliação da importância/necessidade das atividades de Educação Permanente nos serviços de saúde e principais resultados – A Educação Permanente na Saúde do Trabalhador: possibilidades desafios.

2.1 Principais resultados – avaliação da importância das atividades de Educação Permanente nos serviços de saúde

A Educação Permanente é uma das estratégias que possibilita construir um novo estilo de formação e que pode ser realizado através de trabalhos coletivos e individuais, de acordo com a necessidade e realidade do serviço de saúde, bem como, do profissional envolvido neste contexto. Dessa forma, a educação permanente vem atender às necessidades do serviço e dos profissionais, que passam a ser sujeitos de sua própria história, e seres críticos e ativos inserido no contexto da educação.

No Brasil, o setor de saúde é responsável pela maior política brasileira de inclusão social. Para tanto, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a todos os cidadãos, tem sido a mais importante reforma de estado em curso do país. Entendemos que o fortalecimento do SUS é do interesse de todos, principalmente dos profissionais de saúde.

A criação do SUS tem provocado muitas mudanças nas práticas de saúde, entretanto sabemos que ainda não é o ideal. Essas mudanças para que ocorram se fazem necessários profundas transformações na formação e no desenvolvimento dos profissionais da área. Portanto, só conseguiremos mudar a nossa forma de educar, cuidar, tratar e acompanhar a saúde dos brasileiros se conseguirmos mudar também os modos de ensinar e aprender (VASCONCELOS, 2005).

Essa mudança tem que ser incorporada à vida do profissional de saúde motivando um novo agir profissional que não o faça sentir-se excluído do processo de mudanças e desconhecedor da importância da educação permanente em saúde para melhorar a sua formação e conseqüentemente fortalecer o SUS. Dessa maneira, Libâneo (2006) acredita que a educação permanente em saúde tem como meta aperfeiçoar a formação, e em contrapartida, fortalecer o SUS. Assim sendo, “A educação permanente possibilita, ao mesmo tempo, o desenvolvimento pessoal daqueles que trabalham na saúde e o desenvolvimento da instituição.”

A educação permanente também pode ser considerada como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Ela é elaborada a partir dos problemas apresentados no cotidiano das instituições e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já trazem na sua vivência profissional.

Sendo assim, é importante salientar que a Educação Permanente em Saúde só poderá ser desenvolvida em espaços coletivos e de maneira articulada entre os atores envolvidos. Dessa maneira, Freire (1998), reforça que é nos espaços coletivos, que os diferentes atores podem colocar sobre a mesa suas explicações sobre determinado problema e o confronto de opiniões possibilitará que as percepções dos diferentes atores se transformem (e o que antes era problema pode passar a ser reconhecido como tal). Nos espaços coletivos, é possível estabelecer negociações, construir novos pactos e novos acordos orientados a objetivos comuns agora explicitados.

Para tanto, entendemos que a educação permanente em saúde tem como objetivo a transformação do processo de trabalho, orientando para a melhoria da qualidade dos serviços e para a equidade no cuidado e no acesso aos serviços de saúde. Parte, portanto, da reflexão sobre o que está acontecendo no serviço e sobre o que precisa ser transformado.

Nesta perspectiva pedagógica, Ribeiro e Motta (2007) consideram a Educação Permanente como um contexto de virada no pensamento da educação profissional, na qual o processo de trabalho é revalorizado como centro privilegiado da aprendizagem. Todavia, ao tomar como objetivo de transformação e de investigação o processo de trabalho, a Educação Permanente não procura transformar todos os problemas educacionais, mas buscar as lacunas de conhecimento e as atitudes que são parte da estrutura explicativa dos problemas identificados na vida cotidiana dos serviços.

Contudo ainda, Resck e Gomes (2008) defendem que o papel da Educação Permanente é estratégico para a organização

do processo de trabalho. Assim, este novo perfil de profissional, voltado à busca de melhorias nos serviços de saúde, bem como, da consolidação dos elementos que regem a Gestão do SUS, devem estar centrados em um olhar de organização, dinamização e gerenciamento das ações. Estes podem ser considerados um dos passos que a Educação Permanente almeja para a implementação.

Portanto, o profissional envolvido nos serviços de saúde, deve inserir-se na participação política da gestão do SUS, e especificamente dentro das práticas de educação permanente. Potencializando-se como “sujeito” na busca da construção de um modelo de atenção à saúde, produção de conhecimentos e prestação de serviços voltados para as necessidades do SUS de sua consolidação.

2.2 Principais resultados – A Educação Permanente na Saúde do Trabalhador: possibilidades e desafios

Neste contexto, em que um dos desafios do Sistema único de Saúde – SUS, é a ordenação do processo de trabalho em saúde com trabalhadores capacitados e qualificados na efetivação de suas atividades, há vários anos vem sendo discutido no Brasil a concretização de uma política de saúde que direcione as práticas assistenciais. No entanto, tais práticas devem ir ao encontro dos princípios e diretrizes preconizados pelo Sistema de Saúde vigente, perfazendo assim, uma estratégia de intervenção pautada em definições constitucionais deferidas à população brasileira.

De acordo com Ceccim (2005), desde o período compreendido como “Reforma Sanitária”, o trabalho em saúde vem sendo tema de discussões, debates, críticas e reflexões acerca de melhorias nos serviços de saúde. Apesar de muitos profissionais atuantes estarem buscando tais melhorias e conseqüentemente a efetivação do SUS, muitos desconhecem até mesmo os preceitos eleitos na Constituição Federal.

Para tanto, entendendo a precisão de contribuir com a qualificação profissional no ambiente de trabalho, surgem as propostas de educação permanente em saúde. Tais propostas vêm

com o objetivo de melhorar a formação e qualificação em saúde, favorecendo o aprimoramento e aperfeiçoamento das práticas profissionais coletivas e individuais, redirecionando os serviços aos princípios e diretrizes do SUS.

Neste sentido, Ceccim (2005) pontua:

[...] a escolha da educação permanente em saúde como ato político de defesa do trabalho no SUS decorreu do desafio para que o setor da saúde correspondesse às necessidades da população, conquistasse a adesão dos trabalhadores, constituísse processos vivos de gestão participativa e transformadora seduzindo todos a mais vigorosa implementação do SUS. (CECCIM, 2005, p. 976).

Dessa forma, pode-se entender que a educação permanente vem com o objetivo de transformar o processo de trabalho, orientando os profissionais para a busca do mesmo, que favorecerá uma atenção à saúde com maior qualidade e equidade, com vistas às reais condições dos serviços e da comunidade. Partindo disso, Brasil (2006) salienta que a educação permanente parte da reflexão sobre o que está acontecendo nos serviços e sobre o que precisa ser transformado.

No entanto, pode-se levar em consideração que a proposta de educação permanente parte do desafio central de capacitar trabalhadores para a qualificação geral e específica necessária ao trabalho. Assim, é possível contemplar sucessivamente os conhecimentos e experiências que as pessoas já possuem, contribuindo de forma satisfatória para com as atividades profissionais dos trabalhadores em saúde.

Como se sabe, a época atual tem se caracterizado como um momento marcado por constantes e rápidas mudanças. Estes avanços tecnológicos têm ajudado as profissões de um modo geral, mas para isso é necessário que os profissionais invistam em sua educação e que gradativamente aperfeiçoem seus conhecimentos.

Nesse sentido, a educação permanente vem como uma prática de desenvolvimento pessoal e profissional voltada aos trabalhadores. Pelo fato de envolver a atuação profissional, a mesma

busca proporcionar o aperfeiçoamento das habilidades bem como, a construção do conhecimento.

No Brasil, as propostas de educação permanente passaram a ser discutidas com maior especificidade, a partir da elaboração da NOB/RH-SUS, no ano de 2003. A mesma vem com a estratégia de aprimorar e aperfeiçoar as práticas coletivas e individuais, para assim, propiciar melhorias nos serviços e cuidados de saúde.

Para tanto, Ribeiro e Motta (1999) ressaltam:

A educação pode ser considerada um processo permanente, que não termina ao final de cada etapa de ensino, nem se prende exclusivamente à educação formal, institucionalizada, mas que se estende por toda a vida e nas diversas situações e circunstâncias (RIBEIRO, MOTTA, 1999, p. 4).

Assim, a educação permanente cria possibilidades de renovar e inovar a realidade pessoal e profissional dos trabalhadores podendo ser considerada uma provedora do conhecimento da ação e reflexão, ou seja, do saber e fazer educativo. Através dos mesmos, é possível desenvolver o conhecimento técnico não dissociado do crítico e reflexivo.

A educação permanente na medida em que atende àqueles que procuram informações voltadas à atualização e/ou desenvolvimento profissional, deve ser planejada com cuidados especiais. Dessa forma, evita a mera reprodução de modelos já empregados em outras circunstâncias (VASCONCELOS, 2005).

Diante de tais considerações, pode-se perceber que as práticas de educação permanente, devem prever soluções que venham a atender as necessidades e expectativas de seu específico público. No qual facilitadores deste processo devem intervir com entusiasmo ao assunto a ser estudado, preocupando-se com o debate de conhecimentos, que farão a diferença na vida profissional/pessoal dos trabalhadores.

Cabe ressaltar que a educação pode ser considerada como um processo permanente, que não termina ao final de cada etapa de ensino, nem se prende exclusivamente à educação formal, institucionalizada, mas que se estende por toda a vida e nas diversas

situações e circunstâncias. Dessa maneira, Freire (1970) coloca que o ser humano é um ser inacabado, o que o faz um ser curioso e que se move a querer saber sempre mais e melhor. Programados para aprender e impossibilitados de viver sem referência de um amanhã, o ser humano tem sempre o que fazer, tem sempre o que ensinar, tem sempre o que aprender.

Mediante a implantação de programas de educação permanente, devemos disponibilizar especial destaque ao processo de interação entre profissionais/trabalhadores, com a possibilidade de efetivo estabelecimento de interação e relacionamentos. Assim, por meio da contribuição destes fatores é possível ter a construção de redes de contatos entre os inúmeros profissionais.

Nesta perspectiva, destacamos que tais práticas devem especial destaque ao processo de interação entre trabalhadores, com a possibilidade de efetivo estabelecimento de contatos/ relacionamentos, visto que tais programas constituem espaços para as trocas de experiências, e assim, a construção do ensino/ aprendizagem pautados ao contexto do SUS. Contudo, vivendo em uma sociedade em constantes mudanças, onde funções sociais e profissões também se modificam de maneira acelerada, somente estando em contínua atualização e aperfeiçoamento para mantermo-nos no mercado de trabalho produzindo bons rendimentos e cumprindo com nossas ações e obrigações.

CONCLUSÃO

No decorrer dos acontecimentos que marcaram a história da saúde no Brasil, podemos perceber que o movimento sanitário não pode ser compreendido apenas como sinônimo de reforma administrativa do setor saúde e nem tão pouco limitada ao processo de descentralização político-administrativa. Neste sentido, o forte desafio é compreendê-lo como reforma do modelo assistencial, como nova concepção de saúde, efetivada através de mudanças relacionadas às mais diversas diretrizes, dentre elas, a Educação Permanente em saúde.

As propostas de Educação Permanente em saúde vêm com o objetivo de redirecionar as práticas de saúde, vindo ao encontro das reais necessidades da população e dos serviços. Dessa forma, atuam em favor do cuidado e do atendimento humanizados, com vistas aos princípios e diretrizes preconizados pelo SUS.

Partindo do propósito de suprir as inúmeras exigências que o dia a dia nos faz, as propostas de Educação Permanente propiciam novas formas de encarar o conhecimento. Neste sentido Paschoal et al (2007) ressaltam que atualmente não basta “saber” e “fazer”, é preciso “saber fazer”, interagindo e intervindo com autonomia e responsabilidade nas ações desenvolvidas.

Para tanto, a educação em saúde vem sendo aplicada como uma prática social, sendo que se constitui como um processo que contribui para a formação e desenvolvimento da consciência crítica das pessoas a respeito dos problemas de saúde, estimulando-as na busca de soluções e organizações para as ações coletivas. Essa prática rejeita a concepção estática de educação, entendida apenas, como transferência de conhecimentos, habilidades e destrezas.

Todavia, as propostas de Educação Permanente contribuem para a efetivação do conhecimento tanto pessoal como coletivo. Assim, permeando o saber individual e grupal, visa à aquisição de novos conhecimentos, conceitos e atitudes, que irão possibilitar uma maior adesão do profissional ao ambiente.

Nesse sentido, foi desenvolvido um estudo, de caráter bibliográfico, o qual teve por intuito pesquisar a produção científica brasileira voltada aos aspectos da Educação Permanente em saúde. Através deste estudo foi possível promover um levantamento de dados com relação à Educação Permanente em saúde junto à literatura do país. Contudo, a partir da leitura das produções, foi possível agrupar os dados coletados em dois grupos, quais sejam: Principais resultados – avaliação da importância/necessidade das atividades de Educação Permanente nos serviços de saúde e Principais resultados – A Educação Permanente na Saúde do Trabalhador: possibilidades desafios.

Com relação à avaliação da importância/necessidade das

atividades de Educação Permanente nos serviços de saúde podemos destacar que a Educação Permanente é uma estratégia que permite que ocorra a construção de um novo estilo de formação, de acordo com a necessidade e realidade do serviço de saúde, bem como, do profissional. Dessa forma, a Educação Permanente vem atender às necessidades do serviço e dos profissionais inseridos no contexto.

Portanto, entendemos que a Educação Permanente em saúde vem com o intuito de transformação do processo de trabalho, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços de saúde. Assim, parte da reflexão sobre o que está acontecendo no serviço e sobre o que precisa ser modificado.

Todavia, ao tomar como objetivo de transformação e de investigação o processo de trabalho, a Educação Permanente procura buscar nas lacunas de conhecimento e as atitudes a explicação dos problemas identificados na vida cotidiana dos serviços.

No que se refere à Educação Permanente na Saúde do Trabalhador: possibilidades desafios podemos destacar que tais propostas vêm com o objetivo de melhorar a formação e qualificação em saúde. Assim, vindo com o intuito de qualificar as ações em saúde, as propostas de Educação Permanente também contribuem para com o aprimoramento e aperfeiçoamento das práticas profissionais coletivas e individuais.

Além disso, a Educação Permanente atua junto à capacitação de trabalhadores para a qualificação geral e específica necessária ao processo de trabalho. Dessa forma, favorece as atividades profissionais dos trabalhadores em saúde.

Contudo, além de proporcionar a capacitação dos trabalhadores para o trabalho, a Educação Permanente em saúde também age como uma prática de desenvolvimento pessoal e profissional a qual é voltada aos trabalhadores. Nesse sentido, em decorrência da Educação Permanente envolver a atuação profissional, a mesma busca proporcionar o aperfeiçoamento das habilidades bem como a construção do conhecimento.

Assim, mediante o desenvolvimento do conhecimento junto aos trabalhadores, a Educação Permanente em saúde possibilita

a renovação e inovação da realidade pessoal e profissional dos trabalhadores podendo ser considerada uma provedora do conhecimento. Dessa maneira, é possível desenvolver o conhecimento técnico, crítico e reflexivo junto aos trabalhadores.

Contudo, podemos compreender que as práticas de Educação Permanente em saúde devem ser planejadas e orientadas, a partir da observação dos problemas que ocorrem no dia a dia do trabalho e que precisam ser solucionados para que assim os serviços prestados ganhem qualidade, os usuários fiquem satisfeitos com a atenção prestada, e os trabalhadores motivados a exercerem suas práticas de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

INVESTIGATING AND ANALYZING THE PERMANENT EDUCATION IN THE WORKER'S HEALTH AREA

ABSTRACT: The Permanent Education (PE) in health comes as a practice of personal and professional development geared to workers. In this sense, the development of this article was aimed at: investigate and analyze the Permanent Education in worker's health area, from literature review. Through this study it was possible to promote a data collection related to PE in health together to the country's literature. However, from reading the productions, it was possible to group the data collected into two groups, namely: Mainly results – importance evaluation of Permanent Education activities in health services and their main results - the PE in Worker's Health: challenges opportunities. For that, we understand that Permanent Education in health, permeating the individual and group knowledge, it aims to acquire new knowledge, concepts and attitudes, which will enable a greater adherence to the professional work environment.

Keywords: Permanent Education. Permanent Education in health. Worker Health.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. M; SOARES, D. A; JUNIOR, L.C. **Bases de saúde coletiva**. 1. ed. Rio de Janeiro:UEL,2001.

BUSS, P. M. et al. **Promoção da saúde, conceitos, reflexões, tendências**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Princípios e diretrizes para a NOB/RH-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <<http://www.saude.gov>>. Acesso em: nov. 2007.

_____. **Política de educação permanente em saúde e capacitação do programa nacional de DST e AIDS-SVS/MS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://www.saude.gov>>. Acesso em: mar. 2008.

_____. **Diretrizes operacionais: pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Diretrizes nacionais para capacitação de conselheiros de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 10, n. 4, out./dez., 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, D. R. Educação Corporativa. **Revista do Estudante on line**, 2007. Disponível em: <<http://www.Fecap.br>>. Acessado em: nov.

2007.

RIBEIRO, E. C. O.; MOTTA, J. I. J. educação permanente como estratégia na reorganização dos serviços de saúde. **Instituto de Saúde Coletiva- Secretaria Executiva da Rede IDA-BRASIL**, Universidade Federal da Bahia-1999. Disponível em: <<http://www.redeunida.org.br>>. Acesso em: nov. 2007.

TOMASI, E. et al. Aplicativo para sistematizar informações no planejamento de ações de saúde pública. **Revista de Saúde Pública**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v37n6/18025.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2007.